



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

BRASIL

Parceria para a Conservação da Amazônia Brasileira

Parceria para a Conservação da Amazônia Brasileira

Coordenação: DevTech Systems Inc.

Edição e Texto: Núcleo de Conteúdos Ambientais

Editoração Eletrônica: Ana Cristina Silveira/Anacê Design

Capa: foto de ©Tiago Zenero

As opiniões expressas neste documento são exclusivamente do autor e não necessariamente refletem as opiniões da USAID e/ou do Governo dos Estados Unidos da América.

The views expressed in this article/study are solely those of the authors and do not necessarily reflect the views and opinions of USAID and/or the U.S. Government.

Sumário

Cooperação técnica para a conservação da biodiversidade na Amazônia é objetivo principal da parceria da USAID no Brasil.....	4
Busca de sinergias marca encontro de parceiros da USAID	8
Estados Unidos e Brasil trocam experiências para gestão de áreas protegidas.....	12
Comunidade ajuda a supervisionar unidades de conservação	15
Formação de lideranças locais contribui para diminuir conflitos na Amazônia	16
Natura busca a produção sustentável do dendê.....	18
Povos tradicionais usam tecnologia para gestão	21
Plano de vida torna comunidades protagonistas	22
Programa PEER financia cientistas brasileiros na área de biodiversidade.....	24

© gustavofrazaof/istock.com



BIOMA AMAZÔNICO NO BRASIL CONTA COM 33% DE ÁREAS COM PROTEÇÃO ESPECIAL.

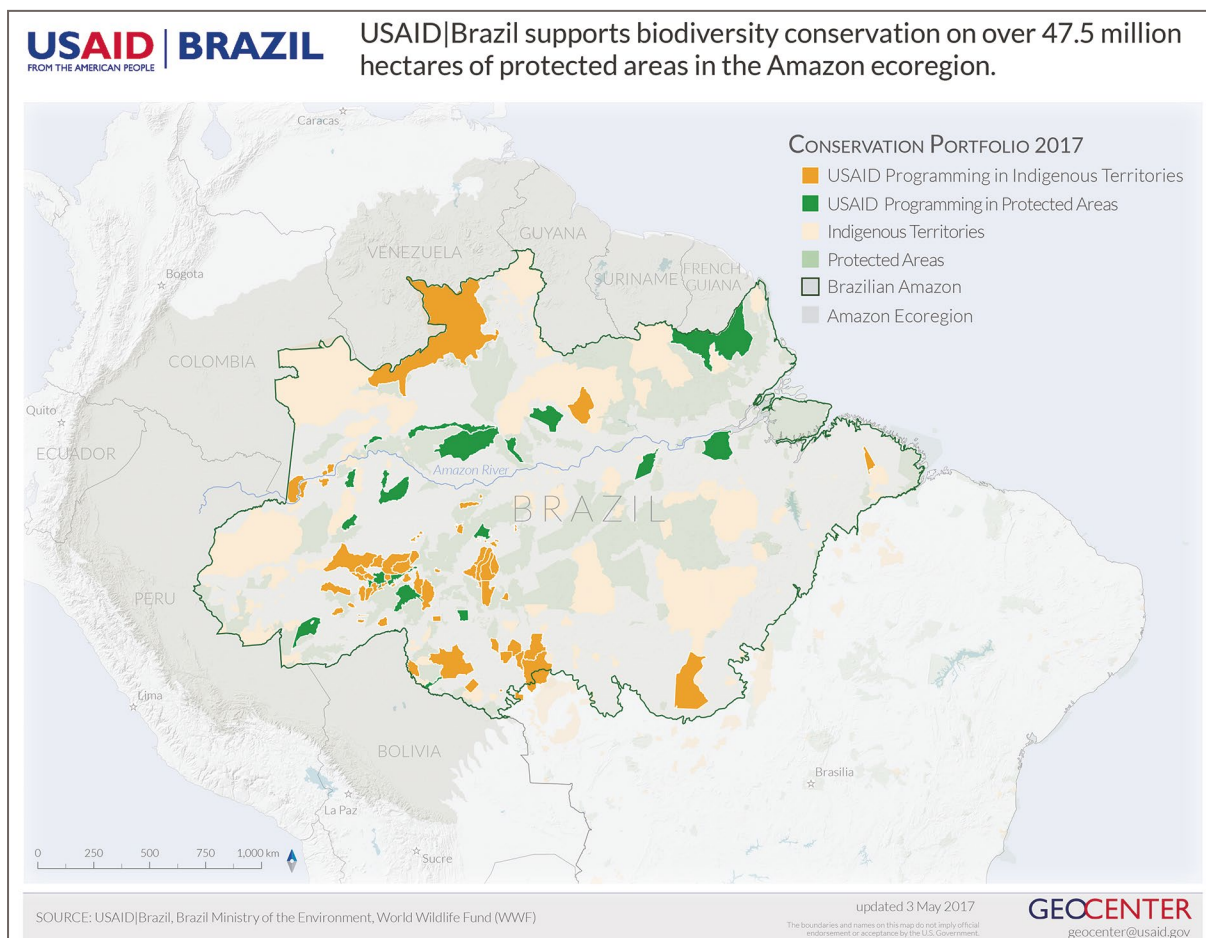
Cooperação técnica para a conservação da biodiversidade na Amazônia é objetivo principal da parceria da USAID no Brasil

O bioma Amazônia se estende por 4,1 milhões de km² em território brasileiro, dos quais aproximadamente 33% contam com proteção especial (21% em terras indígenas e 12% em unidades de conservação). Segundo o Instituto Socioambiental (ISA)¹, neste ambiente vivem e se reproduzem mais de um terço das espécies existentes no planeta. A floresta abriga 2.500 espécies de árvores (um terço da madeira

tropical da Terra) e 30 mil das 100 mil espécies de plantas que existem em toda a América Latina. Além da riqueza natural, na Amazônia vivem cerca de 170 povos indígenas, com uma população aproximada de 180 mil indivíduos, 357 comunidades remanescentes de antigos quilombos e centenas de comunidades tradicionais, como as de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e babaçueiros.

A Amazônia possui, ainda, grande importância para a estabilidade ambiental do Planeta. Estimativas conservadoras indicam que a floresta amazônica é

¹. *Almanaque Brasil Socioambiental*. Campanili, Maura; Ricardo, Carlos Alberto (Editores gerais). ISA, 2008.



ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE DA USAID.

responsável pela absorção de pelo menos 10% dos cerca de 3 bilhões de toneladas de carbono retirados da atmosfera pelos ecossistemas terrestres. Já seus rios despejam cerca de 12% da água superficial doce que chega aos oceanos através de toda a rede hidrográfica existente no globo terrestre.

É um patrimônio constantemente ameaçado. Entre agosto de 2015 e julho de 2016, a Amazônia perdeu 7.989 km² de florestas, a maior taxa desde 2008, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) a partir de dados oficiais divulgados pelo governo federal no fim do ano passado (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal – Prodes). O desmatamento no período equivale à derrubada de 128 campos de futebol por hora de floresta².

2. <http://ipam.org.br/bibliotecas/panorama-sobre-o-desmatamento-na-amazonia-em-2016/>.

Desde 2004, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em mais de 70%, após o segundo pico mais alto da história do monitoramento do bioma, com 27.772 km². De 2009 a 2015, o ritmo da derrubada manteve-se estagnado em um patamar médio de 6.080 km² por ano. Em 2012, foi registrada a taxa de desmatamento mais baixa dos últimos 20 anos na Amazônia, com 4.571 km². No entanto, após essa data, o cenário de desmatamento apresentou sucessivos aumentos e pequenos recuos.³

Atualmente, uma recessão no país causou restrições orçamentárias significativas em todos os órgãos ligados ao meio ambiente e tem aumentado a pressão sobre as áreas protegidas para atividades de agricultura e mineração.

3. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/amazonia-perde-7989-km2-de-floresta-maior-desmatamento-desde-2008>

© Aaron Vincent Elkaim



POPULAÇÃO TRADICIONAL DEPENDE DA FLORESTA PARA SOBREVIVER.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) teve seus recursos reduzidos em quase 50%.⁴ Além disso, o Congresso brasileiro vem discutindo mudanças no processo legal de demarcação de terras indígenas e de redução de áreas de conservação.

Nesse sentido, os programas apoiados pela USAID desempenham um papel importante para o fortalecimento de atores que atuam com a conservação da Amazônia e suas populações, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ONGs e comunidades locais. A USAID é hoje um dos principais parceiros internacionais que apoiam a Política Nacional para a Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI).

Além disso, seus apoios complementam o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). A USAID também colabora com outros doadores, como Moore Foundation e governos

da Noruega e Alemanha, para aumentar as sinergias dos investimentos. O Programa de Meio Ambiente da USAID Brasil é uma parceria bilateral com o governo brasileiro para cooperação técnica. O acordo, firmado em 2014, partiu do reconhecimento de que o Brasil não era somente mais um beneficiário de ajuda internacional, mas sim um parceiro avançado no enfrentamento dos desafios globais de desenvolvimento.

AUMENTAR ESFORÇOS DE CONSERVAÇÃO

O objetivo do programa é aprimorar de forma estratégica os esforços de conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira, seguindo três linhas de atuação: reforçar as ações do governo brasileiro para a conservação de áreas protegidas prioritárias, apoiar as políticas nacionais para a gestão territorial e ambiental em terras indígenas e utilizar a ciência, a tecnologia e a inovação para melhorar as práticas de conservação da biodiversidade.

4. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,funai-fica-sem-dinheiro-para-pagar-conta-de-luz,70001763776>

© Otávio Almeida/ISA



PROGRAMA APOIA CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA.

Segundo Yuri de Souza, coordenador geral de cooperação técnica e parcerias da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Internacionais (ABC/MRE), “a parceria com a USAID foi concebida como uma ação estratégica de relação do Brasil com os EUA. Especificamente com esse Programa, que se dedica à conservação de recursos biológicos da Amazônia, entendemos que é uma iniciativa de total relevância na visão do governo brasileiro”. A parceria terá duração de cinco anos (2016 a 2021), com investimentos estimados na ordem de 50 milhões de dólares e colaboração técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). A ideia é que o programa permita o compartilhamento de experiências que sejam úteis para a conservação da biodiversidade no Brasil, mas que possam também ser de grande valor para os Estados Unidos.

A USAID busca com seu apoio o fortalecimento da capacidade de instituições públicas, privadas e comunidades para a gestão de áreas protegidas,

ampliando o valor econômico das florestas e da biodiversidade. Atualmente, o Programa de Meio Ambiente beneficia 74 terras indígenas e 21 unidades de conservação.

Em uma ação transversal, a implementação do projeto ocorre por meio de organizações da sociedade civil e do setor privado, tendo como principais parceiros o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), a Natura, a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e o Google Earth. A participação do setor privado na iniciativa tem o papel não apenas de alavancar recursos, mas também de aportar experiência técnica e difundir tecnologias que possam construir um tipo de serviço para conservação da biodiversidade para ser utilizado no Brasil, nos Estados Unidos e em todo o mundo. A iniciativa conta, ainda, com o apoio do programa Partnerships for Enhanced Engagement in Research (PEER), cujo objetivo é oferecer bolsas internacionais para financiar cientistas e engenheiros em países em desenvolvimento.

© Lucas Freitas





PARTICIPANTES DO 1º ENCONTRO DOS PARCEIROS DO PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE DA USAID.

Busca de sinergias marca encontro de parceiros da USAID

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) realizou, entre 23 e 25 de maio, em Brasília, o primeiro Encontro dos Parceiros e Implementadores da Parceria entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o governo brasileiro para Conservação dos Recursos Biológicos na Amazônia. O objetivo do evento foi promover o debate e a troca de experiências relacionadas à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento dos projetos apoiados pelo programa, com a participação de organizações não-governamentais e o setor privado.

“O Programa existe há pouco mais de um ano e esta foi a primeira oportunidade em que reunimos todos os parceiros implementadores e os participantes das agências brasileiras (governo), para que pudessem conhecer os projetos em andamento e explorar sinergias e possíveis colaborações entre eles. A massa crítica e a discussão serão muito importantes na gestão e nos futuros programas que vamos fazer no país”, disse Alexandre Mancuso, oficial de programas da USAID Brasil.

As apresentações e discussões mostraram que muitos dos projetos apoiados no Programa têm similaridades, tanto no objetivo, quando nas dificuldades enfrentadas. Muitos deles são voltados à inclusão social de comunidades tradicionais e indígenas da Amazônia, por meio do fortalecimento de cadeias de valor que ajudam a melhorar a qualidade de vida ao mesmo tempo em que protegem a biodiversidade e

© Lucas Freitas



DURANTE ENCONTRO, PARTICIPANTES ELECARAM QUESTÕES COMUNS AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS.

os conhecimentos tradicionais da região. Há também projetos visando melhorar o processo de desenho de planos de manejo de Unidades de Conservação, de monitoramento da biodiversidade e de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

“Foi um aprendizado gigantesco, porque lidamos com uma diversidade enorme de projetos e pudemos ver o que os demais estão fazendo. Vim falar sobre o meu projeto, mas saio com um vasto conhecimento sobre outras experiências na Amazônia”, disse Sávio Gomes, do Pacto das Águas. A continuidade dessa troca, por meio de uma ferramenta para coletar e cruzar dados e possibilitar interações, foi uma das sugestões apresentadas pelos participantes e um compromisso da USAID, a partir do Programa de Monitoramento e Avaliação

das atividades da USAID na Amazônia Brasileira (BAME), apresentado durante o encontro.

Desenvolvido pela empresa DevTech, o BAME, além de harmonizar indicadores, para que os dados dos projetos possam ser utilizados para medir o conjunto dos esforços da Parceria para a Conservação da Amazônia Brasileira, terá um componente de comunicação, que deverá colaborar para uma maior integração entre os projetos e sua divulgação nacional e internacionalmente.

Além das atividades de conservação da biodiversidade e do fortalecimento institucional, esse intercâmbio também beneficia a construção de cadeias de valor que permitam escoar a produção sustentável da Amazônia. Atividades como a realização de parcerias entre setor privado e



comunidades, gestão de mercado e planejamento, melhorar possibilidades de crédito, subsídios e legislação adequados aos produtores e extrativistas da região são algumas das possibilidades de colaboração. “Estamos trabalhando muito com as instituições e comunidades para aumentar o valor dos produtos comercializados e competir com as atividades não sustentáveis”, ressaltou Anna Toness, diretora de Meio Ambiente da USAID no Brasil.

TECNOLOGIA

A utilização de tecnologias, como o QR Code e o Google Earth, para planejar, monitorar e propiciar a garantia de origem da produção já é uma realidade de vários dos projetos, que pode ser aperfeiçoada e melhor difundida. Experiências como a Iniciativa Origens e seu selo Origens Brasil, parceria entre

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo), Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e Instituto Socioambiental (ISA), ou a de Diversificação do Dendê, da indústria de cosméticos Natura, que mapeia a capacidade produtiva de sistemas agroflorestais a partir do ODK (*open data kit*) – um pacote de ferramentas que permite a coleta de dados com dispositivos móveis – são exemplos que podem ajudar a abrir mercados e garantir escala para a produção sustentável amazônica, empoderando suas populações e propiciando a conservação e a recuperação ambiental.

Para que isso aconteça, porém, é preciso integrar essas atividades com a gestão em unidades de conservação e terras indígenas, que depende de capacitação das populações e resolução de conflitos, como a sobreposição de áreas comuns de uso, e acordos, como os de pesca.

“A cooperação com os Estados Unidos coordenada pela USAID tem elementos fundamentais que trazem o maior envolvimento da sociedade”, ressaltou Claudio Maretti, diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O diretor citou apoios recebidos para agregar valor às cadeias produtivas e extrativistas, como a do açaí e a da castanha, e de manejo comunitário, como a de madeira, dos sistemas agroflorestais e do pirarucu, como modelos a serem replicados.

A interação com a área de pesquisa também pode colaborar para o sucesso dos projetos, como mostrou a participação dos pesquisadores do programa Partnerships for Enhanced Engagement in Research (PEER), outra iniciativa da USAID. “O encontro foi importante por abrir nossa mente sobre diferentes áreas de atuação, não somente dentro do PEER, mas também dos projetos da USAID. Pudemos identificar potenciais parceiros que têm contatos e trabalham em áreas que atendem às nossas demandas. Nossa expectativa é que isso possa ser frutífero e contribua para nossos projetos”, disse Ederson Jesus, pesquisador da Embrapa Agrobiologia, que estuda doenças animais como consequência do uso da terra.

© Divulgação/ICMBio





DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE MANEJO NA RESEX MARINHA DO SOURE É EXEMPLO DA PARCERIA.

Estados Unidos e Brasil trocam experiências para gestão de áreas protegidas

Parceria entre Serviço Florestal dos EUA e ICMBio cria relação profissional de longo prazo com gestores de unidades de conservação

O Brasil tem aproximadamente 20% de sua superfície protegida por unidades de conservação, que guardam uma das maiores biodiversidades do planeta e fornecem serviços ambientais fundamentais para a população do país e do mundo. Gerir esse imenso território exige recursos e capacitação. Uma parceria entre o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem permitido trazer novas experiências para a capacitação da instituição, atores locais e comunidades que vivem em áreas protegidas brasileiras.

Por meio de oficinas, visitas técnicas e pesquisas, as instituições norte-americana e brasileira criaram uma relação profissional de longo prazo com o ICMBio, órgão gestor das unidades de conservação brasileiras. O Serviço Florestal dos Estados Unidos, por meio de uma parceria com o Serviço de Parques Americanos (NPS) ajudou o ICMBio a implementar uma nova metodologia para elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação. Foram escolhidos duas unidades pilotos para testar a nova metodologia, que ainda estão em processo, mas caminhando para a finalização. Esta iniciativa foi apoiada pela Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia da USAID.

O Serviço Florestal dos Estados Unidos é um aliado importante da USAID no Programa para a Conservação da Amazônia Brasileira, por conta de sua experiência de mais de 110 anos em proteção e gestão de florestas públicas e também em restauração florestal, proteção de nascentes e cursos d'água e estímulo à visitação.

“Nos Estados Unidos, como no Brasil, o número de visitantes jovens dos parques está caindo. Os jovens podem visitar as florestas entrando num aplicativo. Ampliar a visitação é um objetivo comum”, diz Michelle Zweede, coordenadora de Programas no Brasil do Serviço Florestal dos EUA, em Washington DC.

Além de manejar 20% das fontes de água dos Estados Unidos, localizadas nos 77 milhões de hectares protegidos e geridos pelo Serviço Florestal e que garantem o abastecimento de água potável a 180 milhões de pessoas, o Serviço Florestal dos EUA está envolvido em pesquisa científica, cooperação técnica e atividades de desenvolvimento em mais de 90 países. A promoção da gestão sustentável de florestas via cooperação internacional ajuda em questões globais importantes, como mudança climática e sequestro de carbono, combate ao desmatamento ilegal, conservação da biodiversidade e proteção de espécies migratórias.

Segundo Zweede, “a cooperação internacional melhora as práticas de sustentabilidade nos países parceiros e também desenvolve habilidades do pessoal do Serviço Florestal dos Estados Unidos, que leva conhecimento e outras tecnologias inovadoras para os Estados Unidos”.

Metodologias do Serviço Florestal dos Estados Unidos para gerenciamento de áreas protegidas foram adaptados às necessidades brasileiras e estão sendo utilizadas como ferramentas oficiais em todo o país pelo ICMBio.

PLANEJAMENTO NA RESERVA MARINHA

Um exemplo dessa parceria foi o desenvolvimento do Plano de Manejo da Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Soure, na ilha de Marajó (PA), a

primeira reserva marinha do país, criada em 2001 para assegurar o uso sustentável e a conservação de espécies como o peixe-boi, ao mesmo tempo em que visa assegurar o sustento de 700 famílias de caranguejeiros e pescadores artesanais dentro e no entorno da Resex.

Uma equipe interdisciplinar foi criada para desenvolver o Plano de Manejo e uma oficina envolvendo a população local foi realizada e servirá de base para as decisões de planejamento e gerenciamento no futuro. Zweede explica que “o novo processo de planejamento, além de reduzir custos, vai aumentar a eficiência e simplificar o plano de manejo da Resex”.

Na oficina, a equipe completou a primeira versão de parte do plano de manejo, reduzindo o nível de esforço previamente requerido para chegar a esse ponto do processo de planejamento. O SIGEO (sistema de gestão de dados geoespaciais) foi usado para fazer um “atlas do parque” interativo, que vai auxiliar em futuras atividades de manejo e planejamento.

A qualidade dessa primeira versão foi ampliada a partir do conhecimento local dos pescadores e caranguejeiros, graças ao envolvimento da comunidade, que vai continuar durante todo o processo de planejamento e implementação, na qual o estímulo ao turismo de base comunitária será parte integrante. “Também aprendemos muito nesse tipo de processo, que é muito rico”, frisa Zweede, que lembra que a colega Barbara Johnson, do Serviço de Parques Americanos de Denver, saiu da oficina de Soure dizendo que foi a melhor viagem de trabalho da carreira dela. Johnson estava às vésperas da aposentadoria. Para Zweede, “os Estados Unidos podem aprender muito com o Brasil em relação ao processo de engajamento social e planejamento”.

A parceria do Serviço Florestal dos Estados Unidos com o ICMBio também possui um componente de apoio às cadeias produtivas sustentáveis de pirarucu, castanha e madeira em Resex da Amazônia. Outra linha é a implementação de sítios demonstrativos para o turismo sustentável na Floresta Nacional do Tapajós e no Parque Nacional de Anavilhanas.

Comunidade ajuda a supervisionar unidades de conservação

Projeto do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas integra diferentes atores na implementação de protocolos para monitorar biodiversidade

Um dos grandes desafios de um país com 20% de seu território protegidos em unidades de conservação é saber se o objetivo da criação dessas áreas, ou seja, a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados, está sendo efetivo. Até o momento, no entanto, o Brasil não conta com um monitoramento implementado para fazer essa avaliação.

A construção coletiva de protocolos de monitoramento da biodiversidade, integrando diversos atores (gestores, população local e pesquisadores), é o objetivo do projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade em Unidades de Conservação da Amazônia, do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. O projeto começou em 2013 e, em 2016, passou a receber apoio do Programa de Meio Ambiente para Conservação da Amazônia da USAID. “O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) já tinha uma estrutura e um protocolo com alvos definidos. O projeto ajuda a implementá-los nas unidades de conservação na Amazônia, além de construir outros protocolos junto às comunidades locais, que chamamos de protocolos complementares”, explica Fabiana Prado, coordenadora de projetos do IPÊ.

A primeira parte do trabalho identifica se a unidade de conservação é efetiva para a conservação. O segundo eixo é o envolvimento das comunidades locais para discutir o monitoramento vinculado à

© Paulo Bonavigo / Arquivo IPÊ



COLETA DE DADOS NA COMUNIDADE.

gestão e o terceiro é a capacitação. “Nossos projetos sempre têm uma parte voltada para educação e capacitação de monitores locais”, diz Prado.

O projeto atua em oito áreas nos estados do Acre, Rondônia, Amapá, Pará e Amazonas, em mais de 10 mil hectares. “Tivemos o envolvimento de várias comunidades no processo de implementação. Neste ano, estamos produzindo o relatório com dados do primeiro bloco de protocolos, com resultados de 2013 a 2016. Temos visto que esses protocolos conseguem responder às questões levantadas e trazem efetividade ao monitoramento, além de gerar um conjunto de dados ainda muito escasso para unidades de conservação na Amazônia”, complementa a coordenadora. “O grande desafio é trabalhar essa uniformidade na coleta de informações. Nossos protocolos usam dados locais e temos que fazer ajustes na sua organização para não ter erros metodológicos.”

A parceria com a USAID colaborou para o programa ganhar escala em nível nacional, com a adoção dos protocolos pelo Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Todos esses dados serão disponibilizados futuramente para a sociedade via internet e servirão para a geração de conhecimento para pesquisadores e moradores das áreas. As informações disponibilizadas no SISBio serão subsídios fundamentais para tomadores de decisão sobre áreas protegidas.

Fotos © Divulgação/IEB



ATIVIDADES DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO IEB.

Formação de lideranças locais contribui para diminuir conflitos na Amazônia

Projeto do IEB objetiva melhorar gestão de terras indígenas e unidades de conservação na Amazônia

O sul do Amazonas é uma região que vem sofrendo grandes pressões de várias frentes econômicas nas últimas décadas, com efeito bastante degradante para o meio ambiente. A região está no chamado Arco do Desmatamento, na fronteira entre a floresta e a expansão agropecuária. Grandes obras de infraestrutura, como novas estradas, projetos de hidrelétricas, de mineração e de hidrovias, atraem madeireiros ilegais, grileiros e mineradores, e geram impactos sobre as áreas protegidas.

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) trabalha há onze anos nessa região e, nesse período, teve três projetos apoiados pela USAID, todos ligados à gestão territorial e ambiental de terras indígenas e unidades de conservação. Os projetos fornecem apoio técnico e financeiro às organizações indígenas por meio de pequenos subsídios, fortalecendo a capacidade das organizações indígenas para implementar seus planos de gestão territorial e ambiental, melhorando sistemas agroflorestais e produção sustentável de castanha do Brasil, pirarucu e outro produtos florestais não madeireiros. Desde 2015, a instituição possui um novo acordo de cooperação com a USAID para implementar a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) na região.



Criada por um decreto presidencial em julho de 2012, a PNGATI passou por três etapas: construção da política, quando de sua formulação e elaboração, com grande participação dos indígenas; formação de indígenas e servidores públicos que trabalham na gestão das terras indígenas, para que conhecessem as diretrizes da política pública; e a atual, de implementação. Para o antropólogo Cloude de Souza Correia, do IEB, que acompanha o processo na região, “com esse apoio da USAID, estamos conseguindo implementar de fato essa política”.

NOSSA TERRA

A situação do sul do Amazonas era de conflito, resultando até em mortes, em consequência de disputas por uso de recursos. As questões envolviam extrativistas e indígenas em terras sobrepostas ou homologadas, mas cujas áreas de pesca, caça ou extrativismo ficaram fora de suas áreas demarcadas. Os conflitos socioambientais foram trabalhados nos últimos anos em um processo de formação de lideranças locais, que resultou num Plano de Ação de

Gestão Integrada com a priorização de ações que garantissem o sucesso da iniciativa.

Apoiado pela USAID, o projeto Nossa Terra é uma parceria entre o IEB, a ONG indigenista Operação Amazônia Nativa (Opan), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para implementar a PNGATI com ações de proteção de territórios indígenas, atividades produtivas voltadas para a geração de renda e segurança alimentar, apoio a pequenos projetos de ações indígenas e de gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação (parques, reservas biológicas, extrativistas etc.).

“Com a implementação da PNGATI, é possível fortalecer, por exemplo, a vigilância dos territórios indígenas, para impedir invasões; o mesmo acontece com a gestão ambiental, através de recuperação de áreas degradadas, com sistemas agroflorestais e recuperação de recursos hídricos; e consegue também fortalecer atividades produtivas sustentáveis. Essas práticas já vêm sendo desenvolvidas, mas numa escala muito limitada”, explica Correia.

“Os indígenas já fazem a gestão territorial e ambiental milenarmente. A grande transformação é ampliar a escala e promover um maior diálogo entre o conhecimento indígena e o conhecimento científico ocidental. No Brasil, essa é a primeira política na história que foi construída juntamente com os indígenas. Até então, as políticas indígenas sempre foram implementadas de cima para baixo, decididas em gabinetes”, diz.

Segundo Correia, é uma política contemporânea de extrema importância para os índios brasileiros, por ser um marco no diálogo entre eles e o Estado brasileiro. “Os povos indígenas passaram por todo um processo de demarcação de suas terras. Ainda há muita terra para ser demarcada, mas as que já foram têm o desafio, agora, de pensar como a população crescente vai viver de forma sustentável em um território que é estático e não vai aumentar na mesma proporção do crescimento populacional”, conclui.

Fotos © Divulgação/Natura



EMPRESA APOSTA EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS PARA PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PALMA.

Natura busca a produção sustentável do dendê

O óleo de dendê é um ingrediente comum na fabricação de alimentos (biscoitos e margarina), cosméticos (xampus e maquiagem), na indústria química (tintas) e até na têxtil. Há quem afirme que, nos supermercados, um em cada dois produtos têm óleo de dendê ou de palma, como é chamado o produto no resto do mundo. Historicamente, o plantio da palma que produz o óleo está associado ao desmatamento das florestas tropicais do planeta. Em muitos países tropicais, principalmente no sudeste asiático, grandes áreas de florestas foram derrubadas e substituídas por monoculturas de palma. O impacto ambiental e social nesses países foi inestimável.

O aumento da escala de plantio de palma na Amazônia brasileira vem preocupando a sociedade, uma vez que os custos ambientais e sociais podem ser significativos.

Há 25 anos o dendezeiro é plantado no Brasil em grandes áreas de monocultura. Aqui, como em

países como a Malásia e a Indonésia, se acreditava até pouco tempo que a palmeira do dendê não se adaptasse em crescer em meio a outras espécies. As empresas chegam a obrigar por contrato os agricultores a plantar somente o dendê quando compram o insumo. Mas essa ideia começa a mudar.

A Natura, umas das grandes empresas de cosméticos no Brasil, está assumindo a liderança global para demonstrar que a produção de óleo de palma não implica necessariamente em desmatamento e degradação ambiental. A empresa vem implementando projetos demonstrativos no Estado do Pará, combinando a produção dessa matéria-prima com outros produtos de alto valor agregado como o açaí, o cacau, o maracujá e a andiroba.

Segundo Debora Castellani, gerente científica de bioagricultura da Natura Inovação, a empresa valoriza a biodiversidade brasileira e promove os sistemas sustentáveis na sua cadeia produtiva.



SISTEMA DE SAF DENDÊ DA NATURA.

Ela explica que antes do óleo de palma gerar polêmica por causa de desmatamento, a Natura já tinha a preocupação de como a palma era produzida: “Em 2005, tivemos a ideia de implantar um Sistema Agroflorestal (SAF) por várias razões, mas principalmente porque é o sistema de uso do solo mais adaptado para as regiões tropicais”, explica. No SAF, árvores lenhosas, frutíferas e produção de alimentos convivem, “imitando” a floresta.

PESQUISA

Há pouca pesquisa desenvolvida no mundo sobre o dendê e havia a crença de que a palmeira não gostava de crescer junto com outras. “Algumas plantas têm mesmo essa característica, mas tentamos respeitar as exigências ecológicas da espécie. E achamos que valia a pena experimentar”, conta Castellani.

Os parceiros escolhidos para a pesquisa foram a Embrapa (CPAA e CPATU) e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), no Pará, que reunia várias vantagens: já era parceira da Natura, para quem fornecia maracujá, andiroba e outros produtos, a região é propícia para a

plantação de dendê, já existiam cooperados da Camta que trabalhavam com outra empresa de palma, que plantava em monocultura, e a cooperativa é reconhecidamente uma referência em sistemas agroflorestais.

A maioria dos cooperados é descendente de japoneses que migraram para o Brasil no início do século XX. Seus membros chegaram a ser líderes de exportação com a monocultura da pimenta-do-reino, perderam tudo com uma doença que se espalhou por toda a plantação e vêm experimentando SAF desde então. Recentemente, a Camta ganhou um prêmio da Sociedade Brasileira Agroflorestal em reconhecimento ao seu trabalho.

Na primeira fase do projeto, que começou a ser implantado em 2007, a Natura alcançou resultados acima do esperado, mas decidiu ser cautelosa com a divulgação para ter segurança. “Há dois anos concluímos, com nossos parceiros e com produtores, que tínhamos uma nova tecnologia para produção do dendê”, diz Castellani.

Em 2014, a Natura entrou no edital da USAID voltado para cadeias produtivas. “O apoio da USAID veio numa hora muito benéfica, porque

© Divulgação/Natura



CACAU É UMA DAS ESPÉCIES DO SAF.

estávamos em vias de encerrar a pesquisa de campo tal qual a gente faz. Conseguimos mantê-la por mais três anos e envolver parceiros como o World Agroforestry Centre (ICRAF), que é o Centro Mundial de Pesquisa Agroflorestal.”

Com o projeto, a Natura vai poder evoluir nas pesquisas. “Fizemos a análise econômica do sistema e ela é favorável”, avalia a gerente da empresa. “Fizemos a precificação do óleo e ele é competitivo, gerando ainda vários serviços ambientais dentro do sistema. Queremos que esse modelo influencie, e já está influenciando, a forma de produção do dendê mundialmente. Se pudéssemos fazer isso para outras culturas, seria muito bom. Não queremos jogar contra a monocultura, mas sabemos que o SAF é mais benéfico para o ambiente, para as pessoas, para os agricultores, para os animais, para todo mundo”.

Castellani acredita ser possível ter impacto global na forma de produção do dendê a partir de SAF. “A USAID trabalha em vários países onde a palma é associada ao desmatamento e o retorno que temos é muito positivo. Ter um impacto global é o nosso maior sonho”. Mas

ressalta que “não achamos que este é único modelo. Estamos falando em plantar dendê em sistemas diversificados, especialmente agroflorestais. Queremos dividir o que aprendemos”, completa.

Por enquanto, dar escala ao projeto no Brasil é a prioridade. Dentro do projeto de parceria com a USAID, a fase que começa agora é avaliar outros perfis de agricultores, diferentes da Camta, adaptando o SAF a várias condições socioeconômicas e tipologias de agricultores. Os agricultores da Camta, no entanto, continuam como parceiros estratégicos na cadeia do dendê para a empresa.

Castellani tem outros projetos para o futuro, como descentralizar a produção do óleo de dendê, hoje concentrada em algumas empresas responsáveis pelo processamento. A gerente explica que o agricultor vende o cacho. “Queremos que o agricultor venda o óleo. Então pretendemos descentralizar a produção do óleo e trabalhar com unidades que permitam um valor agregado para o agricultor, e que esses resíduos voltem para o campo, em um sistema mais ecoeficiente”.

Povos tradicionais usam tecnologia para gestão

Projeto desenvolvido pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) usa tecnologia do Google Earth em comunidades

O Brasil tem o desafio de apoiar mais de 200 comunidades indígenas e mais de 5 mil quilombolas, principais guardiões das áreas protegidas (e da biodiversidade) do país. Para isso, é preciso capacitar essas populações tradicionais para que possam gerir seus territórios e possibilitar que se integrem a um mundo globalizado sem perder suas culturas e modos de vida. O uso da tecnologia tem facilitado a conexão entre esses povos que podem, assim, realizar intercâmbios também com o restante da sociedade brasileira.

Implementado pela Equipe de Conservação da Amazônia, em parceria com Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Google Earth Outreach, Natura e Imafloa, o projeto Novas Tecnologias e Povos Tradicionais tem como objetivo dar escala e ampliar para outras comunidades tradicionais um projeto do povo Paiter Suruí, que utilizava a ferramenta Google Earth inicialmente para contar sua história.

“O projeto, hoje uma parceria com a USAID no seu programa de meio ambiente para conversação da Amazônia, é uma iniciativa que começou em 2007, no qual o Google tem disponibilizado softwares e aplicativos, como o *Open Data Kit* (ODK), para apoiar as comunidades indígenas no mapeamento para sua gestão territorial”, conta Vasco Van Roosmalen, diretor da ECAM. Em 2015, a partir de uma reunião de avaliação do projeto, decidiu-se expandir a escala, para fornecer treinamentos dessas tecnologias a mais comunidades no Brasil.

© Vanessa Eynng



OFICINA DO PROJETO.

Em 2016, aproximadamente 536 mil hectares foram submetidos a um melhor gerenciamento, por meio dessas tecnologias, que deverão ser expandidos para mais de 14 milhões de hectares, com atividades que vão desde cadeias de valor, planejamento de gerenciamento e uso de novas ferramentas. “A parceria com a USAID tem como objetivo trabalhar com 30 comunidades da Amazônia, não apenas indígenas, mas quilombolas e outros grupos da floresta. Para cada caso, avaliamos quais ferramentas estão indo bem e o que precisa melhorar”, explica.

Segundo Roosmalen, a ECAM é a instituição agregadora do processo, ajudando a fazer a ponte entre as instituições parceiras. Além disso, conta com uma equipe treinada pelo Google para realizar treinamentos com as comunidades. “Desde que começamos o projeto, há 10 anos, observamos resultados positivos nas coletas de dados em todas as organizações. Com o Google Earth, outras comunidades estão usando essas ferramentas dentro da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)”. O diretor da ECAM avalia que os maiores desafios do projeto, ao contrário do senso comum, não são tecnológicos, mas aqueles que as comunidades já enfrentam. “Os jovens usam mais as ferramentas e isso funciona muito bem. Temos algumas dificuldades com a infraestrutura da região, pois muitas dessas áreas não têm internet e todos os aplicativos funcionam em modo *offline*. Apenas quando chegamos nas cidades é possível trabalhar com os dados”, conta.

Fotos © divulgação/Forest Trends



PROJETO BUSCA APROXIMAR POVOS TRADICIONAIS DOS MERCADOS.

Plano de vida torna comunidades protagonistas

Projeto liderado pela Forest Trends trabalha com governança territorial dos povos indígenas e tradicionais na América Latina

"**A** América Latina tem atualmente 50% das florestas tropicais do mundo e, destas, 25% são geridas por povos indígenas e outras populações tradicionais. Essas populações são os principais guardiões desse patrimônio tão importante, por conta dos serviços ambientais e da mitigação das mudanças climáticas. No entanto, esse papel ainda não é reconhecido e não resulta em benefícios para esses povos, que continuam lutando para garantir seus direitos territoriais", diz Beto Borges, diretor do Programa Iniciativa Comunidades,

da Forest Trends, organização que há 15 anos trabalha com essas comunidades na defesa de seus direitos e culturas, na conservação de suas florestas e no desenvolvimento de alternativas econômicas locais. A Forest Trends busca a aproximação desses povos com os mercados promovendo cadeias de valor sustentáveis, valorizando a floresta em pé, a biodiversidade e suas populações.

Um dos projetos nesse sentido é o de Aceleração da Inclusão e Mitigação de Emissões (AIME), voltado a fortalecer a governança dos territórios indígenas e tradicionais, melhorando a qualidade de vida de seus moradores e a mitigação das mudanças climáticas, por meio de incentivos econômicos, como o de Redução de Emissões do



O RESPEITO À CULTURA TRADICIONAL É OBRIGATÓRIO NO PROJETO.

Desmatamento e da Degradação florestal (REDD+) e outros mecanismos de financiamento para a gestão territorial comunitária.

O projeto é apoiado pela USAID nos Estados Unidos e está em seu quarto ano de realização, dos cinco previstos. Liderado pela Forest Trends em um consórcio formado por nove organizações ambientais e indígenas, está presente no México, América Central, Peru, Colômbia e Brasil – nos estados de Mato Grosso, Roraima e Acre.

O projeto é realizado de forma participativa e a partir da cultura das comunidades, desenvolvendo programas e processos de treinamento para criar capacidades de governança territorial, garantindo o reconhecimento, a proteção e incentivos econômicos para esses povos. Para tanto, o programa faz a ponte entre o mercado, os governos e as comunidades.

“Precisados reconhecer que essas culturas não são estáticas, hoje eles veem que é importante

se relacionar com o mercado. A economia indígena interna sempre existiu, com a cultura da reciprocidade, como a distribuição da caça. Atualmente, estão se integrando em um mercado externo, a partir de cadeias de valor. E a melhor maneira de fazer os povos indígenas serem protagonistas desse processo é fazer com que a economia externa não prejudique a economia interna”, avalia Borges.

Por conta disso, o trabalho é realizado a partir de “planos de vida”, que se trata de um planejamento de gestão territorial e socioeconômica. Hoje o AIME apoia diretamente a implementação do Plano de Vida do Povo Yawanawa. Segundo Borges, para esse povo, “o plano de vida é como uma árvore com vários galhos. É juntar todas as demandas visando a autossustentabilidade da comunidade, uma nova economia em harmonia com a conservação da floresta, preservando suas culturas e tradições. O Plano de Vida é uma ferramenta poderosa para se planejar e implementar iniciativas de longo prazo junto aos povos indígenas da Amazônia”.

Programa PEER financia cientistas brasileiros na área de biodiversidade

Beneficiários do programa no país participam de conferência para compartilhar resultados e experiências

Pesquisadores brasileiros apoiados pelo programa Partnerships for Enhanced Engagement in Research (PEER) Brasil participaram de conferência, que fez parte do primeiro Encontro dos Parceiros do Programa de Meio Ambiente para a Conservação da Amazônia da USAID, realizado em maio último, quando puderam apresentar estudos voltados à Amazônia brasileira.

O programa é apoiado pela USAID e implementado pela Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos (NAS), que apoia cientistas em países em desenvolvimento, como o Brasil, para desenvolver pesquisas e capacitação. As pesquisas são conduzidas em parceria com o setor privado e cientistas. Michael Eddy, da USAID, ressaltou que o encontro foi uma oportunidade para compartilhar resultados, experiências, problemas e, possivelmente, soluções. A conferência contou com a organização de Anjali Kumar, coordenadora do PEER na USAID, e Kelly Robbins, gerente do PEER na NAS.

Entre os 15 projetos apresentados durante o encontro, Bruno Rosado, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), um dos veteranos do programa, mostrou seu trabalho que investiga o papel das características morfofisiológicas das folhas na ocorrência de comunidades epifíticas para saber como elas afetam o funcionamento das folhas em termos de fixação biológica de nitrogênio e do ecossistema. "Isso é fundamental para entender os impactos na qualidade de vida das pessoas, o que aumenta a relevância de políticas de conservação", disse Rosado.

Para Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), é importante traduzir o conhecimento científico gerado no programa PEER em políticas públicas, para gerar mudança concreta. "A ciência pode trazer imparcialidade para facilitar a tomada de decisão, ligada à sua credibilidade e relevância ao interesse social", disse Moutinho.

PESQUISADORES E SEUS TRABALHOS

BRUNO HENRIQUE PIMENTEL ROSADO,

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em biologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), investiga o papel dos traços morfofisiológicos da folha na ocorrência de comunidades epifitas, avaliando como esses traços afetam o funcionamento das folhas em termos de fixação biológica do nitrogênio e funcionamento do ecossistema.

SABINA CERRUTO RIBEIRO,

da Universidade Federal do Acre (UFAC) e engenheira florestal com doutorado em manejo florestal, pesquisa a diversidade e a biodiversidade na Amazônia, com o objetivo de melhorar a compreensão da biodiversidade florestal e dos estoques de carbono.

TOMAS DOMINGUES,

pesquisador em ecologia tropical da Universidade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, estuda como as espécies variam suas estratégias para o uso de água e carbono.

SIU MUI TSAI,

do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP), investiga a diversidade

microbiana e o processo funcional que envolve o CH₄, por meio de tipos de uso de áreas úmidas e terrestres na Amazônia.

LUCIANE YUMIE SATO, especialista em geoprocessamento, da Funcate, desenvolve o projeto 'Melhoria dos métodos de estimativa de biomassa e modelos de emissões para mudança de uso da terra', a partir de dados obtidos por Detecção de Luz e Mudança (LiDAR, sigla em inglês).

ARISTÓTELES GÓES-NETO, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estuda as folhas vivas, que apresentam surpreendente diversidade de fungos epífilos e endófilos, os quais possuem profundos impactos na saúde e adaptação das plantas hospedeiras.

THIAGO SANCHES RANZANI DA SILVA, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua na elaboração do evento intitulado Formigas do Brasil, um curso de campo, realizado em parceria com a Universidade Federal do Acre, com conversas teóricas sobre a diversidade e conservação de formigas, que ocorreu na cidade de Rio Branco, no Acre.

THIAGO ESTEVAM PARENTE, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), biólogo, utiliza técnicas genômicas de ponta para revelar a diversidade molecular dos peixinhos do suckermouth, grandemente inexplorável, apesar de possuir adaptações fisiológicas conhecidas.

JESSIE PEREIRA DOS SANTOS, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), discute a contribuição do estudo de borboletas para o conhecimento da biodiversidade e impactos potenciais sobre a ciência e decisões políticas.

RENATO SILVANO, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em ecologia pela Universidade de Campinas

(Unicamp), estuda a ecologia de peixes, conhecimento local de pescadores e dinâmicas de pesca para melhorar a sustentabilidade das pescarias.

EDERSON DA CONCEIÇÃO JESUS, da Embrapa, graduado em agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisa a ocorrência de doenças animais como uma consequência do uso da terra e sua relação com o meio ambiente, especialmente nas comunidades microbianas do solo.

FABRICIUS MAIA CHAVES BICALHO DOMINGOS, biólogo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), estuda o cerrado amazônico a partir dos efeitos combinados do desmatamento e mudanças climáticas.

DARREN NORRIS, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pretende gerar novas soluções de conservação para diminuir as perdas socioeconômicas e de biodiversidade causadas pelo desenvolvimento hidroelétrico na Amazônia brasileira.

CAMILA C. RIBAS, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), tem projeto para a construção de um conjunto de dados multidisciplinar, incluindo dados genéticos, ecológicos e espaciais, que serão integrados para avançar o conhecimento sobre a evolução dos habitats inundados na Amazônia e fornecer informações que possam ser usadas para avaliar o impacto das barragens hidroelétricas propostas para áreas prioritárias de conservação.

KAROLINE MARQUES, bióloga da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua na Conservação Internacional do Brasil, em projeto que busca entender a sustentabilidade no longo prazo das matérias-primas de biocombustíveis relacionadas às comunidades humanas e conservação da biodiversidade.



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

BRASIL